



Senadores derrubam norma que limita mamografias no SUS

Portaria afetada inclui exames de mama para mulheres de 40 a 49 anos entre procedimentos de média e alta complexidade, que têm verba limitada

O Plenário do Senado derrubou uma portaria do Ministério da Saúde que, na prática, limita a quantidade de mamografias na rede pública de saúde para mulheres dos 40 aos 49 anos de idade. A portaria em questão estabelece que o exame das mamas para essa faixa etária é feito com as verbas destinadas aos procedimentos de média e alta complexidade do SUS, que são limitadas. A regra é diferente para as mamografias a partir dos 50 anos, cujos valores são repassados pelo governo federal às prefeituras por cada procedimento feito. O projeto aprovado no Senado agora será promulgado. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

Eunício Oliveira (C) preside sessão em que os senadores aprovaram anulação de norma do Ministério da Saúde que prejudica oferta de mamografia na rede pública

Colegiado aprova projeto sobre energia hídrica **8**

Não prometi votar reforma neste ano, afirma Eunício **3**

Avança proposta que muda regras do Fundeb **4**

Pesquisa melhora produção rural, conclui comissão **6**

Simplex Nacional precisa de revisão, sugere relatório **5**



Genaldino Algeia/Agência Senado

Comissão de Assuntos Econômicos quer acelerar votação de cinco projetos

Agenda positiva para economia ganha urgência em Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem urgência para cinco projetos do pacote de reformas microeconômicas. As propostas seguem para votação pelo

Plenário. Um dos projetos da agenda positiva prevê critérios para isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza nas exportações de serviços. **5**

Deficientes precisam de cursos de qualificação, aponta debate

Projeto que obriga instituições de ensino públicas e privadas a oferecer cursos gratuitos de educação especial para o trabalho recebeu o apoio dos participantes em

audiência ontem da Comissão de Direitos Humanos. O debate faz parte da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência promovida pelo Senado. **7**



Jefferson Ruy/Agência Senado

Telmar Mota (C) preside audiência sobre cursos de educação para o trabalho



Pedro França/Agência Senado

Projeto de Lasier transfere ao poder público ação de bloqueio

Bloquear celular é função do Estado, determina projeto

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem um projeto que atribui ao poder público a responsabilidade de instalar e manter equipamentos que bloqueiam sinal de telefonia celular em presídios. **4**



www.congressonacional.leg.br

Duas Casas. O mesmo endereço.

Novo Portal do Congresso. Acompanhe tudo o que acontece no Parlamento brasileiro.



Parcerias público-privadas ganham nova fonte de verba

Obras de saneamento, mobilidade e iluminação pública no Norte, Nordeste e Centro-Oeste devem ser beneficiadas com novo fundo. Projeto foi aprovado pelo Senado em novembro e sancionado ontem

FOI SANCIONADA E publicada ontem no *Diário Oficial da União* a lei que autoriza a União a participar com até R\$ 180 milhões de um fundo para financiar projetos de concessão e parcerias público-privadas (PPPs).

A Lei 13.529/2017 é decorrente da Medida Provisória 786/2017, aprovada no Senado em 22 de novembro.

O texto estabelece que até 40% dos recursos serão usados preferencialmente para projetos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Permite ainda a formalização de contratos com valores de R\$ 10 milhões a R\$ 20 milhões. A legislação anterior autorizava apenas os contratos acima de R\$ 20 milhões.

De acordo com o governo, o objetivo é financiar projetos de infraestrutura urbana e social nos estados e municípios. Seriam beneficiadas áreas como saneamento, mobilidade e iluminação pública.

O fundo será criado, administrado e representado por um banco federal. Neste ano, o governo deve repassar ao fundo R\$ 40 milhões. Serão mais R\$ 70 milhões em 2018 e o mesmo valor no ano seguinte. O texto estabelece outras fontes de recursos, como doações, resultado de aplicações financeiras e venda de direitos.

A lei trata de outro assunto de interesse de senadores e deputados. O texto atribui aos ministros a decisão de indicar quais emendas parlamentares ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) serão de transferência obrigatória para



Fundo para PPPs vai financiar obras de infraestrutura urbana no país

estados e municípios. Para isso, o valor da emenda deve ser suficiente para concluir o empreendimento e o valor total do projeto deve estar limitado à dotação existente em 2017.

Oposição

A oposição tentou impedir a votação da medida provisória. Senadores do PT, da Rede, do PSB e do PCdoB argumentaram que não houve tempo suficiente para que os senadores tomassem conhecimento do texto. A MP foi aprovada pelos deputados na noite anterior à votação no Senado.

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) apresentou uma questão de ordem contra a votação e lembrou um acordo firmado entre os líderes partidários. Segundo ela, as medidas provisórias só poderiam ser votadas em Plenário após duas sessões deliberativas. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que o Plenário fez duas sessões extraordinárias no dia 22, o que autorizaria a votação da

medida provisória.

De acordo com a Lei 11.079/2004, que regula as parcerias público-privadas, PPP é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa, de serviços ou obras públicas quando envolverem cobrança de tarifa dos usuários e contraprestação financeira do governo à empresa contratada.

As PPPs precisam ter contrato superior ao valor de R\$ 10 milhões, com duração acima de 5 anos. São vedados os contratos que tenham como objeto somente o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e a instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

Entre as diretrizes levadas em conta na contratação das PPPs, estão a transparência, a responsabilidade fiscal, a eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos, o respeito aos interesses e direitos da população, governos e empresas e a indelegabilidade das funções exclusivas do Estado.

Humberto acusa Temer de conduzir país ao retrocesso

Humberto Costa (PT-PE) condenou o que chamou de aumento dos retrocessos no país, situação que atribuiu à fraqueza do governo e à tentativa do presidente Michel Temer de “comprar a própria sobrevivência” política. As “pautas retrógradas” em curso no Legislativo estão associadas às manobras para apoio às reformas, alertou.

— Como é possível que se trate dos temas mais caros ao povo brasileiro dessa maneira desrespeitosa e atentatória à representação popular?



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Paim alerta para risco de demissão de deficientes

Paulo Paim (PT-RS) mostrou preocupação com a possibilidade de o projeto que cria o Estatuto da Segurança Privada (SCD 6/2016) prejudicar as pessoas com deficiência. O texto está na pauta do Plenário do Senado.

O senador lembrou que foi firmado acordo na Comissão de Assuntos Sociais para respeitar os direitos dessa população. No entanto, segundo Paim, há tendência de que esse entendimento não seja respeitado. Para ele, restrições a pessoas com deficiência na área de segurança privada poderão causar milhares de demissões.

Lasier apoia fala de Raquel Dodge contra corrupção

Lasier Martins (PSD-RS) elogiou discurso em que a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirmou que a corrupção continuará sendo combatida com vigor pelo Ministério Público.

O senador ressaltou que o Ministério Público Federal, o Conselho Nacional do Ministério Público e outros órgãos assinaram um pacto contra a corrupção. A primeira proposta é criar um comitê permanente de cooperação entre as instituições, presidido por Raquel Dodge. O grupo vai prevenir e reprimir a corrupção eleitoral em 2018.

Para Fátima, governo mente sobre Previdência

Michel Temer desrespeita a inteligência da sociedade ao garantir em propagandas que a Previdência é deficitária. A opinião foi dada ontem por Fátima Bezerra (PT-RN). Outra mentira, acusou, é a afirmação de que pode não haver aposentadoria para as gerações futuras.

— Eles não têm autoridade para falar de déficit, nem para promover uma reforma previdenciária tão radical.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Vanessa defende projeto que leva mulher à Marinha

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) comemorou a aprovação, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do projeto que dá acesso às mulheres aos cargos de oficiais da Marinha (PLC 147/2017).

— Onde está escrito que à mulher é reservada apenas a função de cuidadora? Em lugar nenhum, porque essa é uma visão simplesmente machista, que não tem amparo científico.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Reguffe: aumento de taxa no DF só favorece cartórios

Reguffe (sem partido-DF) criticou no Plenário o projeto de lei que pretende atualizar a tabela de valores cobrados por cartórios no Distrito Federal.

O senador advertiu que a proposta já foi aprovada na Câmara e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de modo despercebido pela população.

— É um projeto que só beneficia os cartórios, os donos de cartórios — criticou.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Bauer lamenta morte do político Victor Fontana

O líder do PSDB, Paulo Bauer (SC), lamentou a morte, ontem, do ex-vice-governador de Santa Catarina Victor Fontana, aos 101 anos.

De acordo com o senador, Fontana foi uma das lideranças na agropecuária do país.

— Eu tive o privilégio de conviver com Fontana ao longo de muitos anos. Pude ter conselhos, recomendações e sugestões no período em que ocupei o mesmo cargo que ele havia ocupado.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Bullying**
9h Audiência interativa para debater o bullying. Na sequência, pauta de 15 itens.
- CCT Bloqueio de sites**
9h Audiência interativa para discutir o PLS 169/2017, que bloqueia sites que promovem a prática de crime.
- CDH/CE Conferência de educação**
9h Audiência conjunta de lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação.
- CDR Segurança hídrica e transposição**
9h Relatório de avaliação da segurança hídrica no Norte e no Nordeste. Depois, audiência interativa sobre transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco.
- CPMI DA JBS Requerimentos**
9h30 Votação de requerimentos.
- CCJ Saída temporária de presos**
10h Entre 40 itens, o PLC 146/2017, que restringe a saída temporária de presos.
- CMO Projeto de lei orçamentária anual**
10h/18h Relatórios setoriais ao PLOA 2018.
- CDH Ministro do Trabalho**
11h Audiência com o ministro. Às 13h, debate sobre neuromielite óptica.
- CÓDIGO DE AERONÁUTICA Votação**
11h Análise do PLS 258/2016.
- CONGRESSO Sessão solene**
11h Promulgação da emenda que transfere à União servidores de ex-territórios.
- CMA Recursos hídricos**
11h30 Entre 15 itens, o PLS 344/2014.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Na pauta, lei de segurança privada.
- CÓDIGO COMERCIAL Instalação**
14h30 Escolha de presidente e relator.
- MP 801/2017 Recuperação de estados**
14h30 Votação de relatório.
- MPS 805 E 806/2017 Instalação**
14h30 Escolha de presidente e vice.
- CONGRESSO Vetos presidenciais**
18h Votação de projetos e vetos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Senado derruba portaria que limita mamografias

Norma anulada diz que exames de mulheres de 40 a 49 anos só são pagos pelo governo federal até certo limite financeiro, com o excedente a cargo das prefeituras. Projeto garante atendimento a todas as mulheres

O PLENÁRIO APROVOU ontem um projeto que assegura o acesso de mulheres entre 40 e 49 anos ao exame de mamografia pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta aprovada (PDS 42/2015), da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), torna sem efeito uma portaria do Ministério da Saúde e agora vai para promulgação.

Uma lei de 2008 determinava a realização de mamografia para o rastreamento de câncer para todas as mulheres a partir dos 40 anos, mas a portaria mudou a fonte de recursos para os exames, distinguindo duas faixas etárias.

Mulheres entre 50 e 69

anos teriam as mamografias pagas pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação. Por esse sistema, o governo federal remunera diretamente os gestores municipais por cada procedimento realizado, o que dá mais garantia à paciente que procura o atendimento do SUS.

Mulheres com menos de 49 anos, por sua vez, teriam os exames pagos até o limite destinado ao financiamento de procedimentos de média e alta complexidade. Nesse caso, os recursos seriam repassados mensalmente aos gestores municipais para o custeio dos procedimentos. Assim, as secretarias munici-

pais de Saúde teriam de arcar com o custo das mamografias em mulheres com idade entre 40 e 49 anos, sem receberem recursos adicionais para o custeio do exame.

Na avaliação da relatora, senadora Ana Amélia (PP-RS), a portaria não passa de uma “manobra normativa” que o Ministério da Saúde adotou para contrariar o que a lei dispõe: a realização de mamografia em todas as mulheres a partir dos 40 anos de idade.

— Afinal, não há argumentação lógica cabível para justificar a existência de diferentes fontes de financiamento para um mesmo tipo de procedimento — ressaltou.



Senadores durante a sessão em que aprovaram projeto de resolução que derruba regra do Ministério da Saúde

Eunício nega promessa de votar reforma da Previdência este ano

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, negou ontem ter garantido ao presidente Michel Temer que colocaria em votação a reforma da Previdência antes do fim do ano caso ela fosse aprovada pela Câmara dos Deputados. A informação foi veiculada pela imprensa no início desta semana e, segundo Eunício, é improcedente.

Eunício falou à imprensa após retornar de um almoço oferecido por Temer ao presidente da Bolívia, Evo Morales, no Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores. Segundo Eunício, esse foi o primeiro contato que teve com o presidente da República desde a semana passada.

— Eu não prometi isso ao presidente. Eu não estava em nenhuma reunião; fui para o Ceará na quinta-feira e voltei ontem [segunda-feira]. Falei com o presidente agora, no almoço do Evo Morales. Não houve nenhum tipo de promessa.

Eunício disse também que não há mais tempo para concluir a reforma em 2017, mesmo que ela chegue ao Senado, uma vez que se trata de uma proposta de emenda constitucional que precisaria passar por dois turnos de votação, com várias etapas de discussão antes de cada um



Presidente do Senado diz que não há tempo hábil para a tramitação

e intervalo de cinco sessões entre eles. A proposta também deverá passar pelas comissões temáticas, lembrou.

Além disso, Eunício Oliveira afirmou que não pode se antecipar à decisão da Câmara sobre o tema.

— A matéria está na Câmara. Eu não posso pautar uma matéria que não está aqui. Enquanto a Câmara não votar, eu não tenho nem sequer como pensar em pautá-la, não posso discutir quando ela vai ser ou não votada. Não sei nem se a Câmara vai votar.

Sobre a possibilidade de votar a reforma da Previdência já no início de 2018, em fevereiro, o presidente do Senado disse que ainda não é possível estimar.

Votação do projeto que legaliza união homoafetiva é adiada por falta de quorum

A votação do projeto sobre a legalização da união estável entre pessoas do mesmo sexo foi adiada ontem por falta de quorum. A proposta chegou a ser colocada em votação no Plenário, mas Magno Malta (PR-ES), contrário ao texto, pediu verificação de quorum — que não atingiu o mínimo necessário de 41 senadores.

O PLS 612/2011, de Marta Suplicy (PMDB-SP), altera o

Código Civil para estabelecer como família “a união estável entre duas pessoas”, sem referência ao sexo. Outros artigos serão alterados, com a retirada dos termos “marido” e “mulher”.

O projeto estabelece ainda que a união estável poderá converter-se em casamento.

No relatório na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Roberto Requião (PMDB-PR)

lembrou a decisão de 2011 do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconhece o direito à formalização da união entre casais homossexuais. Ele observou, no entanto, que é responsabilidade do Legislativo adequar a lei ao entendimento do STF.

Marta classificou a decisão do Supremo de “um passo significativo da Justiça”, como uma forma de proteção da lei.

Ela lembrou que em 2013 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu uma resolução sobre o casamento civil e sobre a conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo.

Magno Malta classificou o projeto de inconstitucional e criticou a postura do CNJ, que teria legislado sem competência legal.

Cristovam Buarque (PPS-

DF), favorável ao projeto, apresentou duas emendas. A primeira insere a expressão “civil” depois de “casamento”, de forma a excluir a cerimônia religiosa do texto. A outra deixa claro que, no caso do casamento religioso, valerão as regras religiosas. As emendas serão analisadas pelas comissões quando e se o projeto, que tramita na forma de substitutivo, for aprovado.

Plenário acata nomes para Anvisa e Conselho de Justiça

O Plenário do Senado aprovou ontem uma indicação para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e outra para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A indicação da farmacêutica Alessandra Bastos Soares para a Anvisa teve 31 votos favoráveis, 11 contrários e 3 abstenções.

Alessandra é graduada pela Universidade Metodista de Piracicaba e trabalhou apenas na iniciativa privada, em empresas como Gross, Promédica Produtos Hospitalares, Leister Comércio e Importação de Produtos Hospitalares e

Nutoth Pharma Indústria e Comércio. O fato de não ter experiência na área pública foi tratado na sabatina por que passou na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), no mês passado.

À comissão, Alessandra confirmou que sua indicação visa “ventilar o olhar da agência, uma leitura mais ágil nos procedimentos, principalmente daqueles que requerem mais celeridade neste momento”. Mas assegurou que esse viés não significa, sob nenhuma hipótese, comprometer “a segurança e a eficácia dos medicamentos e dos produtos”.

Outra indicação aprovada ontem no Plenário foi a do juiz do Trabalho Francisco Luciano de Azevedo Frota para o CNJ.

A indicação foi feita pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e recebeu 56 votos a favor e 6 contrários, além de 1 abstenção.

O indicado já havia sido aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em outubro. Frota formou-se em direito pela Universidade Federal do Ceará e foi bancário e advogado antes de tornar juiz, em 1993. É titular da 3ª Vara do Trabalho de Brasília.

Grupo pede aprovação da Política Nacional de Biocombustíveis

Representantes da indústria e da produção de biodiesel se reuniram ontem com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, e defenderam a aprovação do projeto de lei que cria a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 160/2017 chegou ao Senado no mês passado.

O grupo argumentou que o RenovaBio tornará o Brasil protagonista na produção de energia de baixo carbono. O autor do projeto, deputado Evandro Gussi (PV-SP), disse

que o texto passou por consulta pública e foi articulado com os Ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente.

O senador Cidinho Santos (PR-MT) lidera o recolhimento de assinaturas para que o projeto ganhe urgência. O texto está em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Se a urgência não for aprovada, o projeto ainda vai ser analisado nas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Infraestrutura (CI).

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Avança texto sobre bloqueio de celular em prisão

Comissão aprovou ontem projeto que transfere ao poder público a responsabilidade de instalar e manter equipamentos que bloqueiam sinal telefônico

UM PROJETO QUE repassa ao poder público a responsabilidade de bloquear o sinal de celular nos presídios foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto é um substitutivo a uma proposta apresentada pelo senador Lasier Martins (PSD-RS) e segue para votação final na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Conforme o projeto (PLS 285/2017), caberá ao poder público a obrigatoriedade de assumir a instalação, o custeio e a manutenção do bloqueio de sinais de tele e radiocomunicações em presídios e penitenciárias.

Originalmente, o projeto sugeria a cobertura desses serviços com recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). Lasier argumenta que é de interesse



Lasier busca solucionar impasse criado por leis estaduais que obrigam empresas de telefonia a custear bloqueio

público excluir a área das unidades prisionais do alcance das redes de telefonia celular. A medida ajudaria a coibir a atuação de quadrilhas dentro dos presídios, diz o senador.

Leis estaduais

Lasier decidiu propor o uso do Fistel para custear essas ações pelo fato de o fundo apresentar, sistematicamente, um saldo de recursos não aplicados. A iniciativa também so-

lucionaria impasses em vários estados que aprovaram leis determinando a instalação, pelas prestadoras de serviço de telecomunicações, de equipamentos bloqueadores. Essas normas vêm sendo contestadas no Supremo Tribunal Federal (STF) pelas empresas, que entendem que essa é uma obrigação do poder público.

O argumento do setor empresarial converge com a avaliação do relator, senador

Armando Monteiro (PTB-PE), sobre a questão. Segundo ressaltou no parecer, o STF já declarou a inconstitucionalidade de leis estaduais que pretendiam impor essa atribuição às companhias de telefonia. Para Armando, o projeto “parte do pressuposto correto de que cabe ao Estado prover os meios e os recursos necessários à consecução da política de segurança”.

A saída sugerida pelo rela-

tor passa pelo deslocamento do serviço de bloqueio nos arredores dos presídios das telefônicas para o Estado, conforme defende o projeto. Mas transfere a fonte de financiamento dessa ação do Fistel para o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen).

Embora o Funpen tenha uma gama maior de obrigações, tem maior respaldo formal para garantir o direcionamento de verbas orçamentárias para as ações de bloqueio de sinal, salientou o relator.

Outra vantagem apontada por Armando é que, diferentemente do Fistel, as verbas do Funpen estão livres de contingenciamento orçamentário.

A lei gerada pela aprovação do projeto deverá começar a valer 45 dias após sua publicação.

Lasier afirmou que celulares têm sido usados por presidiários para coordenar ações de facções criminosas:

— Não há dúvidas de que grande parte da criminalidade vem de dentro dos presídios — apontou.

Comissão aprova nova divisão de recursos do Fundeb

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei que modifica os critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) entre as modalidades de ensino, reforçando aportes para creches e pré-escolas.

O PLS 163/2014 também eleva de 10% para 20% o percentual mínimo de complementação da União incidente sobre o total dos recursos de impostos e transferências vinculados ao fundo. A elevação deve ocorrer de forma gradativa, após a publicação da lei, com incremento anual de, no mínimo, dois pontos percentuais.

O Fundeb é o caixa para financiar a educação básica, que vai da creche até a educação de jovens e adultos. Os recursos do fundo vêm dos municípios e dos estados e são complementados com verbas da União, quando necessário.

Flexibilidade

O texto aprovado é o substitutivo do relator, Cristovam Buarque (PPS-DF). O projeto inicial, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), busca dar mais flexibilidade aos critérios de distribuição dos recursos do fundo entre as diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino.

O Fundeb é formado por 20% de um conjunto de impostos. As redes estadual e municipal



Relator, Cristovam Buarque diz ser fundamental investir mais em creches

de ensino dividem os recursos, alocados conforme o número de matrículas em cada rede.

Além disso, a Lei 11.494/2007, que criou o Fundeb, estabelece peso para cada modalidade do ensino básico: creche, pré-escola, ensino fundamental urbano e no campo, ensino médio urbano e no campo, educação profissional, educação especial, educação para indígena e quilombola e de jovens e adultos. O peso tem como referência o fator 1 para anos iniciais do ensino fundamental urbano e entre 0,7 e 1,3 para as demais modalidades.

Segundo Cássio Cunha Lima, esse peso dificulta a alocação conforme a necessidade de cada etapa, prejudicando as mais caras, como é o caso de creches e pré-escolas.

Ele sugeriu manter o fator de referência para anos iniciais do ensino fundamental urbano e acabar com a escala para as demais modalidades. No lugar, a Comissão Intergovernamen-

tal de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade fixaria um fator que assegure um padrão mínimo de qualidade em cada modalidade.

— A elevação do financiamento para creches reforça minha avaliação positiva quanto ao mérito do projeto. A ciência mostra que a estimulação intelectual e emocional nos primeiros anos de vida é decisiva para o desenvolvimento da capacidade cognitiva — ponderou Cristovam.

Despesa

O projeto implica aumento de despesa obrigatória de caráter continuado. Segundo Cristovam, o impacto será absorvido pela União via Margem Líquida de Expansão das Despesas Obrigatórias, estimada em R\$ 12,9 bilhões em 2018. O projeto segue para decisão final na Comissão de Educação (CE), sem necessidade de ir a Plenário, desde que não haja recurso para isso.

Produtor rural pode ter crédito para contratar assistência técnica

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei que inclui entre os objetivos específicos do crédito rural o financiamento para contratação de serviços privados de assistência técnica ou extensão rural pelos produtores. O texto segue para análise da Comissão de Agricultura (CRA).

De autoria do ex-senador Assis Gurgacz, pai do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), o PLS 318/2012 altera a Lei do Crédito Rural e a Lei da Política Agrícola para dar acesso e amparo aos produtores rurais que necessitam de assistência técnica e capacitação para agregar novas tecnologias às atividades rurais.

Crédito especial

Conforme o projeto, o financiamento será feito por meio de linha de crédito subsidiado específica, com juro zero para os agricultores familiares ou empreendedores familiares rurais, podendo ainda ser concedidos descontos nas dívidas. O Conselho Monetário Nacional deverá incluir anualmente, na proposta orçamentária do Poder Executivo, a dotação para esse fim.

O relator substituto, Garibaldi Alves (PMDB-RN), considerou que a proposta vai auxiliar 78% dos produtores rurais, os quais, segundo dados do Censo Agropecuário

de 2006, não receberam qualquer orientação técnica. Para o relator, o projeto também vai acelerar a disponibilidade de recursos federais para a assistência técnica e extensão rural. Existem mais de quatro milhões de estabelecimentos de agricultores familiares identificados no Censo de 2006.

— Nos últimos anos, os participantes de diversas audiências públicas sobre questões ambientais, como as do Código Florestal, e sobre a produção agropecuária têm apontado as dificuldades de acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural por produtores rurais, sobretudo os agricultores familiares, como um dos principais entraves ao aumento da produtividade e da sustentabilidade da agropecuária nacional — observou.

Ele sugeriu a reclassificação da proposta, para que ela deixe de ser projeto de lei complementar e torne-se projeto de lei ordinária. Com o advento da Constituição de 1988, observou o relator, a política de incentivo à produção rural passou a ter status constitucional, mas cabe lei ordinária para tratar do assunto. A mudança facilita a aprovação do projeto, que deixa de exigir maioria absoluta (41 senadores) para prosseguir.

A Comissão de Assuntos Econômicos decidiu ontem acelerar a análise de cinco projetos do pacote de reformas microeconômicas. Os textos seguem diretamente ao Plenário

Projetos da agenda positiva ganham urgência

A FIM DE agilizar a agenda positiva para ajudar o desenvolvimento do Brasil, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem requerimento de urgência para cinco projetos apresentados pelo Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas.

Com a urgência, as propostas deverão ser votadas diretamente pelo Plenário e poderão receber emendas perante a Mesa no prazo de cinco dias úteis.

Um dos projetos prevê que o chefe da Casa Civil preste contas semestralmente à CAE das ações com objetivo de incrementar a produtividade, reduzir o custo Brasil e melhorar o ambiente de negócios (PRS 46/2017).

Segundo a justificativa, a escolha da Casa Civil deve-se ao fato de ser uma estrutura com vínculo direto com a Presidência da República, tendo como competências assistir imediatamente o presidente na coordenação e na integração das ações governamentais.

Outro texto propõe critérios para isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) sobre as exportações de serviços (PLS 475/2017 — Complementar).



Armando Monteiro coordena o grupo de trabalho que discutiu propostas para a economia

O projeto define que a isenção se dará quando os benefícios do serviço se verificarem em território estrangeiro e houver ingresso de divisas no país.

Já a terceira proposta altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte PLS 476/2017 — Complementar). O projeto restringe a aplicação do regime de substi-

tuição tributária do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O objetivo é promover melhorias na redação da relação de produtos sujeitos ao regime de substituição tributária, dispostos no artigo 13 da lei que instituiu o estatuto, de forma a reduzir possíveis desvios interpretativos e garantir segurança

jurídica e administrativa da aplicação do dispositivo.

Já o PLS 477/2017 pretende tornar a verificação de regularidade do contribuinte mais objetiva e simples.

O texto determina que devam ser levados em consideração pelo fisco apenas os fatos existentes na data do pedido de emissão de certidão negativa e torna a certidão negativa válida por seis meses, desde a data de sua emissão. O projeto altera o artigo 205 da Lei 5. 172/1966.

Certidão

Por fim, o PLS 478/2017 altera a cobrança extrajudicial de dívidas previstas em contratos com cláusula de alienação fiduciária de bens móveis, tais como financiamentos de veículos e contratos de leasing.

O projeto atribui ao oficial de registro de títulos e documentos do domicílio do devedor a competência para expedir uma certidão com validade em todo o território nacional, atestando a condição de que o bem está sujeito à retomada extrajudicial, conforme declarações do credor e a partir da cláusula contratual autorizadora.

Relatórios setoriais do Orçamento estão em leitura

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deu início à fase setorial da proposta orçamentária para 2018. Um acordo de líderes permitiu que fossem lidos e discutidos preliminarmente 13 dos 16 relatórios setoriais.

Após as leituras, o presidente da comissão, senador Dário Berger (PMDB-SC), determinou a abertura do prazo de destaques, que permitem alterações nos textos dos relatores, geralmente para rever recursos para emendas apresentadas por parlamentares. Dário anunciou que “os destaques poderão ser apresentados até que o último relatório seja lido”.

Já foram apresentados os relatórios dos setores de Transporte, Integração Nacional, Minas e Energia, Fazenda e Planejamento, Turismo, Saúde, Desenvolvimento Urbano e Defesa e Justiça.

Também foram lidos os relatórios sobre Ciência, Tecnologia e Comunicações; Indústria, Comércio e Micros e Pequenas Empresas; Traba-

lho, Previdência e Assistência Social; Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário; e Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores.

Definições

Os relatores setoriais auxiliaram o relator-geral da proposta orçamentária, deputado Cacá Leão (PP-BA), na definição das despesas públicas para o próximo ano. Eles analisam os orçamentos individuais dos órgãos do governo e dos demais Poderes. Por exemplo, o relatório de Trabalho, Previdência e Assistência Social examinou as programações para 2018 dos Ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento Social, incluindo seus órgãos vinculados, e da Superintendência Nacional de Previdência Social (Previc), ligada ao Ministério da Fazenda.

Após a leitura, os relatórios e destaques serão votados um a um na CMO. A votação deverá ocorrer nesta semana.

O acordo para a leitura e

discussão simplificou o debate na comissão. Um dos poucos embates ocorreu entre os deputados Raimundo Gomes de Matos (CE), líder do PSDB no colegiado, e Nelson Pellegrino (PT-BA), relator da área de Integração Nacional.

Matos reclamou da redução de recursos para as obras de transposição do Rio São Francisco. Um dos projetos da obra — a integração do São Francisco com as bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi — perdeu R\$ 72 milhões. Ele afirmou que o parecer afetou o Ceará.

Pellegrino afirmou que preferiu privilegiar com recursos a revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, que foi contemplada com quase R\$ 110 milhões, contra os R\$ 11,4 milhões previstos inicialmente na proposta orçamentária. Ele disse que não adianta transportar o rio se não houver sua recuperação. Além disso, afirmou que o corte sobre a transposição foi o mesmo para todas as despesas previstas na sua área de atuação.

O deputado Edio Lopes (PR-RR), relator da área de Justiça e Defesa, atendeu parcialmente o pleito do Comando da Aeronáutica e elevou em R\$ 100 milhões os recursos para desenvolvimento do KC-390, aeronave de transporte que está sendo desenvolvida pela Embraer em parceria com a União. No total, o projeto KC-390 foi contemplado com R\$ 479,9 milhões.

Da Agência Câmara

Parecer sobre Simples Nacional recomenda aperfeiçoamentos

Desde que foi lançado, há dez anos, o Simples Nacional facilitou a vida dos pequenos empresários contribuintes, removeu obstáculos, combateu a informalidade e ajudou a gerar 11 milhões de empregos formais. O sucesso do regime tributário, no entanto, não o livra da necessidade de evolução. A conclusão é do relatório de José Pimentel (PT-CE) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O documento de 65 páginas aponta sugestões para melhorias do sistema. O senador alega que o Simples já superou há muito a fase experimental e deve assumir caráter de política permanente de Estado. Deve ser posicionado no mesmo patamar dos Regimes do Lucro Presumido e do Lucro Real, como uma regra, e não como uma exceção ou um benefício fiscal.

Pimentel defendeu a aprovação do PL 341/2017, em tramitação na Câmara, que promove alterações nas regras do sistema. A proposta estende, por exemplo, o acesso a programas de incentivo à exportação para as micros e pequenas empresas. Além disso, reajusta as faixas de faturamento do Simples Nacional pela variação do IPCA.

— Isso vai conferir a necessária proteção contra os efeitos nocivos da inflação. Embora estejamos com

uma inflação oficial baixa, o acúmulo desses percentuais ao longo dos anos acaba representando uma forma ilegítima de elevação da carga tributária — explicou.

Novo limite anual

Seguindo o Regimento Interno do Senado, todos os anos, as comissões permanentes da Casa escolhem uma política pública para avaliar e propor melhorias. O Simples Nacional foi o tema escolhido pela CAE para 2017.

Criado pela Lei Complementar 123/2006, o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) permite que oito tributos — seis federais, um estadual e um municipal — sejam pagos de forma simplificada, em uma única guia de recolhimento e na mesma data de vencimento.

Após efetuado o pagamento, o sistema da Receita se encarrega de fazer a partilha da arrecadação com os entes federados, conforme os percentuais destinados a cada um e estabelecidos em lei.

A partir de janeiro, com a aprovação da Lei Complementar 155/2016, o limite anual de receita será elevado para que o Simples passe a abranger empresas com receita bruta de até R\$ 4,8 milhões.



Os senadores Ataides, Chaves e Dário (os 3 à esq.) participam da reunião

Pesquisa eleva produção no campo, diz texto

Recursos públicos investidos em tecnologia por empresas como a Embrapa aumentaram a produtividade agropecuária, diz relatório, que pede, porém, menos burocracia

O INVESTIMENTO EM pesquisa e inovação foi um dos principais fatores responsáveis pelos ganhos de produtividade alcançados pela agropecuária nacional nas últimas décadas, segundo avaliação da Comissão de Agricultura (CRA). O colegiado analisou este ano a política pública de pesquisa agropecuária. O relatório de Ana Amélia (PP-RS) sobre o tema foi aprovado ontem.

“Tradicionalmente, recursos públicos foram imprescindíveis

para o desenvolvimento desse processo no âmbito da academia, da Embrapa e das demais instituições que compõem o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária [SNPA]”, diz a senadora no parecer.

O texto destaca, contudo, a necessidade de reestruturar o sistema de pesquisa para eliminar a burocracia e renovar o marco legal desatualizado.

Ana Amélia recomenda, entre outras providências, o uso de mecanismos eficientes

de financiamento, a criação do Centro para o Desenvolvimento da Inovação Agropecuária, e a inversão da lógica predominantemente hierárquica e vertical do SNPA para predominantemente horizontal e colaborativa. Outros encaminhamentos sugerem a criação de um grupo de trabalho para a reformulação do sistema de pesquisa agropecuária e a continuidade do acompanhamento da política pública de pesquisa agropecuária.



Ivo Cassol preside a reunião que aprovou avaliação da política agropecuária

Avança inscrição de lote individual da reforma agrária em cadastro

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem o Projeto de Lei de Senado (PLS) 733/2015, que altera a legislação para possibilitar a inscrição de lotes individuais de assentamentos da reforma agrária no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O texto segue para a Câmara. A Instrução Normativa 2 do Ministério do Meio Ambiente

estabelece que o registro no CAR é gratuito, tendo por base a área total dos assentamentos, sendo vedada a inscrição de lotes individuais, caso o perímetro do assentamento não esteja completamente registrado. Isso impossibilita o procedimento para os lotes em condições de se inscreverem regularmente e que possam arcar com os custos de sua

parte, seja por cotização, pelo apoio de sua associação, pelo apoio do sindicato de trabalhadores rurais ou entidade representativa da criação do projeto de assentamento.

O PLS 733/2015, de Wellington Fagundes (PR-MT), estabelece que será de responsabilidade do órgão fundiário competente a inscrição no CAR dos assentamentos de

reforma agrária, a ser realizada tanto por meio do registro do perímetro desses assentamentos como por meio da individualização dos lotes.

Agroforte

A comissão aprovou projeto (PLS 373/2017) de Kátia Abreu (sem partido-TO) que cria a Política de Investimento e Fortalecimento da Agroindústria

Familiar (Agroforte).

Outro projeto aprovado foi o PLS 382/2017, de Cidinho Santos (PR-MT), que estabelece que terras provenientes da reforma agrária poderão ser registradas em nome do Incra antes de o processo judicial de desapropriação ser finalizado, desde que o dono das terras concorde com a desapropriação.

Telmário critica governo de RR por atrasar cadastro rural

Telmário Mota (PTB-RR) chamou de “maldade” o prazo dado pelo governo de Roraima aos produtores do estado para se regularizarem no Cadastro Ambiental Rural (CAR). A data limite é 31 de dezembro.

O senador disse que, além do prazo curto, governo e oposição estão dificultando uma ação conjunta entre o Incra e a Fundação Estadual de Recursos Hídricos, atrasando o cadastramento e prejudicando cerca de 30 mil famílias.

— É um crime, é um crime. Quando as facções brigam, quem paga é a população — disse Telmário.



Ângela cobra saúde e educação no Minha Casa, Minha Vida

Ângela Portela (PDT-RR) disse que o desmaio do estudante por causa de fome em uma escola do Distrito Federal não teria ocorrido se fossem instaladas unidades de saúde e de educação nos conjuntos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida, como manda a lei e é obrigação do Estado.

Ela cobrou a aprovação de projeto de sua autoria que condiciona o início do pagamento das prestações à oferta dos serviços de saúde e educação (PLS 194/2012).



Hélio José afirma que governo Temer persegue servidores

O governo não cobra os grandes devedores da Previdência, mas prejudica os trabalhadores sem discutir alternativas, afirmou Hélio José (Pros-DF). O senador considerou “massacre e perseguição” a medida provisória que adia para 2019 o reajuste e aumenta a contribuição previdenciária dos servidores públicos.

— O problema qualitativo não se resolverá com o aviltamento das condições de aposentadoria — disse Hélio José.



Lídice: governo deve aumentar fiscalização do trabalho infantil

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) lamentou dados de relatório da ONG Anistia Internacional que colocam o Brasil como o país com o maior número de assassinatos de defensores dos direitos humanos, tendo sido mortos 58 ativistas no país entre janeiro e agosto deste ano.

— É por isso que nós temos que denunciar e exigir objetivamente outra postura do governo federal na fiscalização e no combate ao trabalho infantil.

Elber Batalha defende ampliar competências do defensor público

Elber Batalha (PSB-SE) defendeu ontem a aprovação da PEC 31/2017, do senador licenciado Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que permite ao defensor público federal ajuizar ações diretas de inconstitucionalidade e declaratória de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF).

— A PEC vem justamente para otimizar a situação da Defensoria Pública. Os resultados serão economia de recursos e justiça mais célere.



Gleisi critica celeridade de magistrado em recurso de Lula

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse ser “preocupante” a celeridade do desembargador João Gebran Neto, do TRF da 4ª Região, na conclusão do voto de relator no recurso do ex-presidente Lula contra sua condenação, em primeira instância, no processo relacionado ao triplex de Guarujá (SP).

Ela disse que o desembargador levou 100 dias, quando em outros casos demora, em média, 300 dias. Para Gleisi, a pressa é para tentar tirar Lula da disputa eleitoral de 2018.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Especialistas pedem cursos para deficientes

Participantes de audiência defenderam proposta de Romário sobre formação profissional inclusiva e destacaram exigências para capacitação com respeito às individualidades

O PROJETO QUE obriga as instituições de ensino públicas e privadas a oferecer cursos gratuitos de educação especial para o trabalho recebeu o apoio dos participantes da audiência realizada ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O debate fez parte da programação da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência promovida pelo Programa Senado Inclusivo.

O projeto, de Romário (Pode-RJ), estabelece que os cursos tenham carga horária mínima de 500 horas e número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa de cada estado ou município abrangido pelo sistema de ensino local. As ofertas deverão ter por base os dados atualizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A doutora em educação Loni Elisete Manica, assessora parlamentar do senador Romário, destacou a importância de reconhecer os locais de maior



Bruno Coimbra, Iêdes Braga, Telmário Mota, Loni Manica e Rita da Silva apoiam projeto sobre oferta gratuita de cursos de formação para o trabalho

demanda de profissionais com deficiência qualificados.

Loni afirmou que os profissionais com deficiência muitas vezes são classificados como “sem competência”, quando na verdade apenas lhe falta acesso à qualificação. A doutora expôs ainda dados do último Censo do IBGE que indicaram que cerca de 60% das pessoas com deficiência são analfabetas ou não concluíram o ensino fundamental.

De acordo com a coordenadora de Acessibilidade da Escola da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Iêdes

Soares Braga, o projeto garante qualificação para o trabalho, que converge no longo prazo para inclusão social no âmbito profissional.

— Contudo, quando falamos da formação de pessoas com deficiência, é preciso olhar para um universo em que alguns têm dificuldades intelectuais e alguns não têm acesso a uma formação acadêmica mínima. E também é preciso olhar para estudantes surdos, deficientes físicos, deficientes visuais e demais — afirmou.

Para a professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Rita de Fátima da Silva, a

educação brasileira se encontra em um processo de adaptação para a inclusão.

— O objetivo maior são as pessoas, não é aquilo que está escrito e exposto no papel, que é “letra morta” quando não existe ação — declarou.

Iêdes afirmou que o projeto de lei dá a ideia de uma educação exclusiva direcionada para pessoas com deficiência e essa não seria a melhor estratégia para a inclusão social.

— O ideal é que nós lutemos para que nos espaços formais já existentes tenhamos condições de atender a pessoa com deficiência de forma a respeitar suas

condições individuais — disse.

O assessor jurídico da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), Bruno Coimbra, destacou a possibilidade de futuramente o projeto precisar de regulamentação. Segundo ele, não é especificado o que seria a “educação especial para o trabalho” prevista na proposta.

Para o relator, Telmário Mota (PTB-RR), apesar das possíveis brechas no projeto, é consensual a validade da proposta. O senador já entregou o relatório, e a proposta está pronta para votação final na CDH.

Segundo debatedores, proposta prejudica inclusão no trabalho

Em uma audiência pública ontem no Senado, os debatedores chamaram a atenção para o projeto do Estatuto da Segurança Privada (SCD 6/2016), que isenta as empresas de segurança de cumprir a cota de vagas para pessoas com deficiência, e disseram que o texto pode abrir brechas para que outras empresas façam a mesma coisa. Para o senador Paulo Paim (PT-RS), a medida deve ser rejeitada.

— É um crime contra o bom senso. Foram 20 anos de luta



Paulo Paim (C) conduz debate na Comissão de Direitos Humanos sobre valorização de pessoas com deficiência

para essa lei sair. É uma discriminação hedionda querer, num canetaço, incluí-la numa lei de segurança pública para dizer que nas empresas de segurança não pode haver

pessoas com deficiência — disse o senador.

A audiência pública ocorreu na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e fez parte da 11ª Semana de Valorização da

Pessoa com Deficiência.

De acordo com o IBGE, 6,2% da população têm algum tipo de deficiência (auditiva, visual, física ou intelectual).

A representante da Comissão

de Acessibilidade do Tribunal de Contas da União (TCU), Valéria Ribeiro, lamentou que a sociedade ainda olhe para as pessoas com deficiência com uma visão assistencialista.

A assistente social Francis Lobo Botelho destacou o programa de acessibilidade do Senado e a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, atividade que existe desde 2005. Ela disse que a campanha dá visibilidade às questões que envolvem a inclusão da pessoa com deficiência.

Aprovado projeto que institui o dia nacional sobre doenças raras

Foi aprovado ontem, em decisão final da Comissão de Educação (CE), projeto de Romário (Pode-RJ) que institui, em 29 de fevereiro, o Dia Nacional de Informação, Capacitação e Pesquisa sobre as Doenças Raras.

A relatora do PLS 40/2015, Lídice da Mata (PSB-BA), lembrou que a data coincide com o Dia Mundial das Doenças Raras, reconhecido em mais de 70 países. Pelo projeto, nos anos não-bissextos, a data será celebrada em 28 de fevereiro.

O objetivo é conscientizar os gestores públicos e a sociedade sobre a importância de reforçar as pesquisas sobre as doenças e de oferecer apoio às famílias dos afetados. Doenças raras atingem o cotidiano de pelo menos 16 milhões de famílias

no Brasil. Uma doença é classificada como rara quando atinge menos de 65 pessoas a cada 100 mil.

Também foi aprovado na reunião o requerimento de Cristovam Buarque (PPS-DF) para uma audiência sobre o projeto que define um modelo de financiamento pelo governo federal para universidades estaduais e privadas (PLS 229/2007).

A CE ainda aprovou a proposta de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que denomina de “Usina Hidrelétrica de Belo Monte Engenheiro Nícias Ribeiro” a mega usina na bacia do Rio Xingu (PA). O PLS 337/2017 segue agora para a Câmara. Nícias, que foi deputado federal, morreu em setembro deste ano.

Comissão sugere secretaria no Ministério da Saúde

A Subcomissão de Doenças Raras, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), quer que o Ministério da Saúde crie uma secretaria específica para tratar dessas enfermidades, que em geral são crônicas, progressivas e degenerativas.

A CAS discutiu ontem os avanços e as dificuldades enfrentadas pelo Ministério da Saúde na regulação e fornecimento de remédios para os pacientes.

O presidente do colegiado, Waldemir Moka (PMDB-MS), sugeriu a criação de um de-

partamento exclusivo, dentro do ministério e com pessoal especializado, para orientar a elaboração de políticas públicas para pessoas com doenças raras.

Regina Próspero, presidente do Instituto Vidas Raras, cobrou uma solução para a falta de medicamentos, que, segundo ela, já afeta mais de dois mil pacientes.

— Se essa compra não sair agora, todos os nossos pacientes, que já estão sem tratamento há dois meses, vão morrer.

O coordenador do Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde, Emmanuel de Oliveira Carneiro, disse que a falta de certos remédios ocorre porque as substâncias ainda não foram protocoladas no órgão.

— O registro de desabastecimento, na imensa maioria das vezes, se refere a medicamentos que ainda não foram incorporados ao SUS. Portanto, ainda não fazem parte da Política Nacional de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde.



Senador Waldemir Moka (3º à dir.) preside audiência pública da Subcomissão de Doenças Raras

Projeto melhora uso de potenciais energéticos

Prioridade para licenciamento ambiental de potencial hidroenergético foi aprovada ontem na Comissão de Infraestrutura e vai agora para a Comissão de Meio Ambiente

PROJETO QUE CRIA mecanismos para aperfeiçoar o planejamento do aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica do Brasil foi aprovado pela Comissão de Infraestrutura (CI). Do ex-senador Delcídio do Amaral, o PLS 603/2015 prioriza o licenciamento ambiental de potenciais hidroenergéticos estratégicos ou estruturantes. O texto segue para a Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Os potenciais hidroenergéticos serão considerados estratégicos ou estruturantes se assegurarem uma tarifa módica com confiabilidade do sistema elétrico e se atenderem à demanda nacional de energia elétrica. Pelo projeto, os estudos que embasam o licenciamento deverão ser continuamente acompanhados com recomendação de eventuais correções e mitigação ou compensação dos impactos ambientais negativos.

Entre as fontes renováveis prioritizadas, o projeto determina a explicitação, no plano de expansão, de todos os aproveitamentos de potencial hidráulico previstos para garantir a oferta, com informações sobre sua relação custo-benefício sob os aspectos econômico, ambiental e energético; e avaliação inicial dos impactos socioambientais, inclusive sobre terras indígenas e quilombolas e demais popu-

lações tradicionais.

Potenciais hidroenergéticos estimados cujos inventários ainda não foram aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) poderão ter uso temporário por dez anos após a entrega do inventário. Se o potencial for confirmado e considerado estratégico ou estruturante, será objeto de proteção permanente.

Durante o período de dez anos, em que fica garantido o uso temporário dos potenciais hidroenergéticos estimados, o Ministério de Minas e Energia terá que autorizar previamente a destinação diversa, inclusive para criar espaços territoriais protegidos e para impor limitações administrativas. Se o potencial hidroenergético for considerado estratégico ou estruturante, a destinação diversa dependerá de aprovação do Congresso.

Balcão único

O projeto ainda cria um balcão único para licenciamento ambiental prévio dos empreendimentos. O balcão será constituído por representantes do órgão ambiental licenciador, da Funai, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), da Fundação Cultural Palmares, do Instituto Chico Mendes (ICMBio) e do Ministério da Saúde. A licença ambiental



Para Acir Gurgacz, que relatou o texto na CI, proposta pode ter grande impacto nas obras de infraestrutura do país

prévia será concedida em favor da Empresa de Pesquisa Energética ou de entidade devidamente autorizada.

O balcão único de licenciamento deverá emitir parecer conclusivo sobre a viabilidade ambiental do aproveitamento de potenciais hidroenergéticos, abrangendo todos os temas de competência dos órgãos que o compõem, inclusive ouvindo populações indígenas, quilombolas e tradicionais eventualmente atingidas.

Para o autor do projeto, é dever do poder público planejar o uso sustentável dos recursos hídricos para fins de hidroeletricidade e não proibir o seu uso indiscriminadamente. A garantia de realização de estudos de inventário em ba-

cias hidrográficas dará maior segurança e efetividade ao processo de implantação de futuros empreendimentos de geração.

Impacto

Com alguns ajustes de redação, o relator na CI, Acir Gurgacz (PDT-RO), deu voto favorável ao projeto, “que se propõe a atacar um problema sério e de grande impacto nas obras de infraestrutura”. Gurgacz apontou o atraso em empreendimentos que visam à melhoria das condições de produção de energia elétrica em razão da demora nos processos de licenciamento ambiental. “Outra importante causa da morosidade do licenciamento ambiental é a

judicialização sistemática do processo”, completou.

Também foi aprovado na CI requerimento de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para uma audiência que debaterá as condições para a renovação da outorga da Ferrovia de Carajás, no Pará. A intenção do senador é que os recursos da antecipação da renovação sejam usados em investimentos no próprio Pará.

Serão convidados o governador Simão Jatene, o ministro dos Transportes, Maurício Quintella, o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Jorge Bastos, o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, e o secretário de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Pará, Adnan Demachki.

Operação de crédito para o Paraná segue para o Plenário com urgência

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem autorização para o Paraná contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O financiamento de US\$ 235 milhões será usado em centros logísticos, obras rodoviárias e projetos de infraestrutura. O empréstimo terá garantia da União. A MSF 73/2017, da Presidência da República, segue com urgência para análise do Plenário. A relatora, Lúcia Vânia (PSB-GO), ressaltou que o estado possui capacidade de endividamento.

Avançam contrapartidas de produções culturais incentivadas

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o substitutivo de Fátima Bezerra (PT-RN) ao projeto que obriga produções culturais beneficiadas com incentivos fiscais a oferecerem contrapartidas sociais. O PLC 91/2014 segue para o Plenário. Pelo texto aprovado, as contrapartidas incluídas na Lei Rouanet serão preços de obras ou ingressos mais acessíveis, adoção de estratégias de difusão para ampliar o acesso à produção beneficiada e distribuição gratuita de obras ou ingressos para beneficiários cadastrados, de acordo com condições definidas pelo Ministério da Cultura. As regras para as contrapartidas deverão também ser definidas pelo ministério, por meio de regulamento, em caso de futura aprovação pelo Congresso e sanção presidencial.

— Nosso objetivo é consolidar políticas que buscam a democratização do acesso à cultura, especialmente aos grupos sociais mais carentes e vulneráveis — explicou Fátima.

Prazo maior para investimento em rodovia divide opiniões

Não houve consenso entre os convidados que participaram de audiência pública sobre a medida provisória que alonga o prazo para investimentos em rodovias federais. Os defensores da medida (MP 800/2017) alegam que ela favorece a continuidade das obras, enquanto os críticos dizem que interfere de modo indevido nos contratos e apenas reforça o caixa das concessionárias, algumas sob a mira da Operação Lava Jato.

Gerente de projeto do Ministério dos Transportes, Marcelo Fonseca afirmou que a crise afetou as concessionárias, com queda na receita, frustração de expectativas de ganhos e dificuldade de obtenção de crédito, o que exigiu

providências do governo. Ele disse que a MP evita a caducidade em massa dos contratos, que não teriam saúde financeira para continuar vigentes.

Para o secretário especial-adjunto do Programa de Parcerias de Investimentos, Marco Aurélio de Barcelos Silva, a MP preserva a continuidade dos serviços, prioriza os investimentos, mantém os patamares tarifários e favorece a redução tarifária no futuro.

O diretor da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias no Distrito Federal, Alexandre Barra, disse que a MP, que atinge 50% das concessões federais, favorece os usuários.

— A medida provisória é neces-

sária. Vivemos uma crise excepcional, inimaginável tempos atrás.

Críticas

Para o secretário de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária do Tribunal de Contas da União (TCU), Luiz Fernando de Souza, a MP interfere nos contratos, ao permitir que os investimentos de duplicação previstos em 5 anos possam ser diluídos e executados em até 14 anos. Quanto ao argumento de que a MP foi editada em razão da crise, ele diz que a matriz de risco dos contratos é clara ao estabelecer que esses problemas são da alçada das concessionárias.

— A MP vem para socorrer exclusivamente as concessionárias. Parece ser um péssimo aceno para o mercado. Afinal, fica relativamente fácil mexer num contrato por meio de MP que altera tudo.

Gerente-executivo da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Luiz Fernando Castilho disse ter expectativa negativa sobre a MP.

— É grande a preocupação. A MP pode levar os proponentes das novas concessões a trazer propostas inexequíveis, sob a expectativa de que lá na frente terá uma nova MP repactuando a concessão.



José Medeiros (C) comanda audiência sobre MP que socorre as concessionárias